

Sarney teme processo de desnacionalização

Augusto de Freitas

A mais de um interlocutor com quem conversou nos últimos dias, o presidente José Sarney tem manifestado preocupação com o processo de desnacionalização da economia caso permaneça o texto do anteprojeto aprovado pela Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime de Subsolo e da Atividade Econômica da Assembleia Nacional Constituinte.

Ao analisar com um parlamentar de sua confiança, quinta-feira, o texto do artigo terceiro do anteprojeto, considerando empresa brasileira ou nacional aquela constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua administração sedida no país, o presidente desabafou: "Ah, isto está demais, temos que modificar".

Segundo este parlamentar, filiado a um partido de esquerda, o presidente comprometeu-se a manter entendimentos com deputados do PMDB visando não só alterar o artigo terceiro, mas também o 13 e o 14, o primeiro regulamentando o monopólio do estado sobre a lavra de petróleo, e a pesquisa, lavra e enriquecimento de minerais nucleares, e o segundo sobre a lavra de jazidas minerais de fronteira ou em terras indígenas por empresas públicas ou "nacionais".

"Isto será um genocídio", teria dito o presidente, no relato de outro parlamentar, preocupado com a possibilidade de que empresas estrangeiras constituídas no país, de acordo com as leis brasileiras, possam ameaçar o monopólio sobre o mineral e sobre as riquezas de fronteira ou em terras indígenas.

O relator dos anteprojetos, senador Severo Gomes, que tem prazo até o dia sete para entregar o seu parecer preliminar, considera, porém, que as falhas existentes poderão ser corrigidas através de negociação entre os próprios parlamentares, uma vez que vê muitos pontos a negociar entre as correntes ditas progressistas e as conservadoras.

Da mesma opinião é o senador Edison Lobão, do PFL do Maranhão, que identifica no anteprojeto da reforma agrária, por exemplo, muitos pontos onde a corrente conservadora poderá ceder, em favor de concessões noutras questões. "O texto que temos é menos pior, o que significa que é ruim. Então, é melhor buscarmos o entendimento para obtermos uma forma melhor. Acredito que é nesta comissão que isto vai acontecer, porque a discussão passa a ser em torno de questões mais abrangentes."

O senador Severo Gomes acha, por exemplo, que poder-se-á encontrar um meio termo, por exemplo, para a questão da definição da empresa nacional, atribuindo-se-lhe o controle de brasileiros natos ou naturalizados. É um ponto de vista com o qual concorda o ex-ministro e deputado do PDS, Delfim Netto. Mas adianta que o Estado ainda tem um importante papel na economia, mesmo porque dela depende a sobrevivência das empresas agrícolas, por exemplo, ou das regiões mais pobres do país. "Um agricultor do Sul não concebe crédito sem pensar no Banco do Brasil, assim como a região Nordeste não sobreviveria sem a ação do Estado. Mas há ainda muito espaço para negociar", diz Severo Gomes.

Ordem Econômica

Reforma agrária ainda é questão mais polêmica

Os assuntos ligados aos princípios gerais da economia, que envolvem a intervenção do Estado, a propriedade do subsolo e o monopólio do petróleo, receberam até agora mais da metade das 200 emendas que deram entrada na Comissão de Ordem Econômica. Mas a questão da reforma agrária é a mais polêmica: pelas propostas apresentadas, conservadores e progressistas estão longe de chegar a um consenso.

A polêmica sobre a reforma agrária começou com a aprovação, durante os trabalhos preliminares da subcomissão de Política Agrícola, de um anteprojeto que não agradou a parlamentares situados à direita nem aos da esquerda. O documento tem só dois artigos e em nenhuma vez fala em reforma agrária.

O senador Edison Lobão (PFL-MA), que representa a ala conservadora, apresentou ontem uma emenda propondo o reaproveitamento de vários artigos de um substitutivo submetido pelo deputado Rosa Prata (PMDB-MG) ao plenário da subcomissão de Política Agrícola e rejeitado pelos progressistas. As sugestões de Edison Lobão envolvem a criação de uma política habitacional para o agricultor, acompanhada de medidas de crédito, de construção de armazéns e de estradas vicinais.

Representando o setor progressista, a deputada Irma Passoni (PT-SP) apresentou várias propostas que coincidem com os artigos do anteprojeto original elaborado pelo deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), relator da subcomissão da política agrícola. Este documento tinha sido rejeitado por uma articulação dos conservadores que resultou na rejeição de todos os artigos.

● Agenda — Reúne-se às 10 e às 17 horas para discutir os pareceres das três subcomissões: «Princípios gerais, intervenção do Estado, regime de propriedade do subsolo e da atividade econômica»; «Questão urbana e transportes»; e «Política Agrícola e fundiária e da reforma agrária».



Ulysses e Maciel concordaram no aumento do prazo para entrega de anteprojetos

Aliança definirá a lei dos partidos

O presidente do Partido da Frente Liberal, Marco Maciel, visitou ontem pela manhã o presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães na companhia dos deputados Saulo Queiroz, José Lourenço e do senador Carlos Chiarelli. Durante a conversa de quarenta minutos, os presidentes dos dois partidos da Aliança Democrática con-

cordaram em realizar um trabalho conjunto na definição, pelo texto constitucional, na função e organização dos partidos políticos no Brasil.

Outra preocupação de Marco Maciel, discutida com Ulysses, diz respeito ao prazo para apresentação de emendas nas comissões da Constituinte. Segundo o

regimento em vigor, o prazo para apresentação dos anteprojetos termina no dia 15 de junho, mas de acordo com as normas, os membros das comissões não poderão apresentar emendas ao documento de sua própria comissão, porque o regimento apenas admite que o deputado aprove ou rejeite o trabalho do relator.

Substitutos podem ter emendas

O presidente da Assembleia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, decidiu ontem permitir a apresentação de emendas aos substitutos dos relatores das oito comissões temáticas, o que não estava previsto no Regimento Interno da Casa. Também à meia-noite de ontem encerrou-se o prazo para o oferecimento de emendas aos anteprojetos aprovados nas subcomissões.

A partir de hoje, cada

relator das comissões começa a elaborar o parecer sobre os anteprojetos e as emendas, devendo concluí-lo com a apresentação de substitutivo até o próximo sábado. Na segunda e terças-feiras da próxima semana será permitida a apresentação de emendas aos substitutos dos relatores. Após encerrado o prazo para o oferecimento de emendas, os relatores terão 48 horas para emitir parecer sobre as

emendas, sendo que a votação final do substitutivo na comissão terá início dia 12 deste mês.

De acordo com o Regimento Interno da Constituinte, o substitutivo do relator da comissão somente poderia receber emendas supressivas e nunca aditivas. A decisão de Ulysses Guimarães foi provocada pelos sete presidentes de comissões pertencentes ao PFL.

Sistema de Governo

Anteprojetos já receberam 900 emendas

Até ontem à noite, a Comissão de Sistema de governo havia recebido mais de 900 emendas aos anteprojetos aprovados nas suas três subcomissões. Os debates da comissão despertam grande interesse, porque neles predominam duas questões polêmicas, que são a duração do mandato presidencial e a provável adoção do sistema parlamentarista ou misto de governo.

O relator da comissão, deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), é favorável à eleição presidencial em 15 de novembro de 1988, com um mandato de cinco anos para os próximos presidentes e a implantação de um sistema misto de governo. Ele informou, no entanto, que vai apurar a tendência majoritária dentro da comissão, a fim de evitar que o seu substitutivo seja profundamente alterado, como ocorreu com os pareceres dos relatores nas subcomissões. Ferreira Lima anunciou também que, a partir de amanhã, vai trabalhar com a ajuda do senador José Fogaça (PMDB-RS) e dos deputados Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) e José Jorge (PFL-PE), relatores das subcomissões.

Das emendas apresentadas na Comissão de Sistema de governo destaca-se a do deputado Bocayuva Cunha (PDT-RJ), propondo a eliminação de todos os dispositivos parlamentaristas que sejam oferecidos à Assembleia Constituinte. Bocayuva segue uma orientação do PDT, do ex-governador Leonel Brizola, de lutar pelo presidencialismo pleno.

Já o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), primo do relator, continua defendendo eleição para presidente em novembro do próximo ano e propõe que o mandato dos futuros presidentes seja de cinco anos, além da adoção de um presidencialismo mitigado. Por sua vez, o ex-líder do PMDB no Senado, Alfredo Campos (MG), quer restabelecer o instrumento do decreto-lei, eliminado nas subcomissões, para os casos de Segurança Nacional e finanças públicas.

Garantias Individuais

Amaral Netto volta a propor pena de morte

Com o reforço de pesquisas de opinião pública que mostram ser a população favorável a esse instituto no país, o líder do PDS, deputado Amaral Netto, reapresentou ontem à comissão de Garantias do Homem e da Mulher uma emenda propondo a instituição da pena de morte, que deverá ser objeto, se aprovada na Constituinte, de um plebiscito realizado 120 dias após a promulgação da nova Carta.

Segundo a proposta, "não haverá pena de morte, prisão perpétua, banimento ou confisco, salvo quanto à pena de morte, nas hipóteses de lei militar, em tempo de guerra externa, de assalto, roubo, seqüestro e estupro, seguidos de morte. A lei assegurará o acusado a mais ampla defesa, atribuindo efeito suspensivo aos recursos interpostos para as instâncias ordinárias e extraordinárias e ao pedido de indulto feito às autoridades competentes".

Organização Eleitoral

Prisco quer distrital também para vereador

Mais de 130 emendas foram apresentadas até a meia-noite de ontem, último dia para o encaminhamento de sugestões, à secretaria da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e de Garantia das Instituições. O relator, deputado Prisco Vianna (PMDB-BA), começa a partir de hoje, a elaborar o parecer que deverá ser entregue para discussão, novas emendas e votação na próxima semana.

A maioria das emendas (mais de 60) foram apresentadas ao relator da subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança. Outras 50, ao parecer da subcomissão do Sistema Eleitoral e partidos Políticos, enquanto a subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas foi a que sofreu menor número de reparos a seu trabalho: cerca de 20. O senador Iram Saraiva (PMDB-GO) e os deputados José Genoíno (PT-SP), Paulo Delgado (PT-MG) e Siqueira Campos (PDC-GO) foram os parlamentares que apresentaram o maior número de emendas.

Prisco já tem definidos alguns pontos que pretende incluir em seu parecer. Entre eles o voto distrital misto para as eleições de deputados federais e estaduais. No caso dos municípios com mais de um milhão de habitantes, o pleito para vereador também deverá ser utilizado, defende o



Prisco Vianna (PMDB)

relator. Ele sustenta que a atual destinação constitucional das Forças Armadas tem de ser mantida, alegando a tradição constitucional republicana. Para o deputado baiano, o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios aos cidadãos com mais de 18 anos. Uma outra tese que Prisco defenderá em seu parecer é que os candidatos ao governo estadual também figurem nas listas partidárias indicando o nome dos candidatos do partido que concorrerem à metade das vagas em disputa para a Câmara. Desta forma, um candidato ao governo derrotado na majoritária, poderia ser eleito deputado federal e as legendas não perderiam, assim, suas figuras de expressão política.

● Agenda — O presidente da comissão, senador Jarbas Passarinho informou que os próximos dias serão dedicados à apreciação pelo relator das emendas ao anteprojeto.